

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *DEI VERBUM*: UMA NOVA TEOLOGIA FUNDAMENTAL

DOGMATIC CONSTITUTION *DEI VERBUM*: A NEW FUNDAMENTAL THEOLOGY

*Rafael Lopes Ciuffa*¹

Resumo: O artigo propõe uma reflexão a respeito da Teologia Fundamental que emerge do Concílio Vaticano II, menos normativa e mais plural, no sentido que vem adaptar a comunicação ou transmissão da Revelação Divina (sem diminuir sua mensagem) ao homem moderno. Para isto, o texto se divide em 3 pontos com alguns sub-itens: 1. Precedentes e Contexto Histórico do Concílio Vaticano II; 2. A Constituição Dogmática *Dei Verbum*; 3. Uma nova Teologia Fundamental.

Palavras-chave: Revelação. Teologia. Vaticano II.

Abstract: The article proposes a reflection on the fundamental theology emerging from the Second Vatican Council, less prescriptive and more pluralistic in the sense that comes to adapt communication or transmission of Divine Revelation (without diminishing your message) to the modern man. Therefore, the text is divided in 3 points with some sub-items: 1. Precedents and Historical Context of the Vatican II Council; 2. The Dogmatic Constitution *Dei Verbum*; 3. A new fundamental theology.

Keywords: Revelation. Theology. Vatican II.

* * *

1. Precedentes e Contexto Histórico do Concílio Ecumênico Vaticano II

O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) foi o evento religioso mais expressivo do século XX e indubitavelmente marcou para perpétua memória à História da Igreja Universal que se dispõe a dialogar com a Modernidade. Não é possível compreender os resultados do Concílio e as razões deste evento se antes não compreender o contexto que o prepara e o envolve. Um primeiro ponto relevante é o Concílio precedente, Vaticano I (1869-1870), que embora tenha sido interrompido, deixou sérias conclusões que serão retomadas no Concílio Vaticano II, entre essas inferências, encontra-se aspectos da eclesiologia; as prerrogativas papais; o tema do primado; a infalibilidade e a estrutura descendente da Igreja. Estas conclusões provocaram um fechamento da Igreja em si mesma e uma reação de oposição ao

¹ Graduando em Teologia pela Faculdade João Paulo II – Marília/SP. E-mail: rafaelciuffa@yahoo.com.br

marxismo, à revolução soviética e às posições anticristãs que emergiram no contexto da sociedade moderna. Além das conclusões do Concílio precedente, pode-se elencar no contexto do Vaticano II o clima instável de Guerra Fria, a sociedade que estava dividida sobre dois polos, Capitalismo e Comunismo, que competiam entre si e provocavam uma séria tensão em toda a sociedade (ALBERIGO, 1995, p. 393-394).

É neste mesmo contexto de inseguranças quanto ao mundo polarizado e o surgimento de doutrinas que cultivaram aversão ao cristianismo, sobretudo, na Europa centro-ocidental que floresce um clima de renovação litúrgica, espiritual, eclesial e bíblica que contribuem à participação do laicato nas liturgias e no amadurecimento de sua fé; certamente esse desejo de renovação foi um dos eixos que suscitou o Concílio e o pretendeu (ALBERIGO, 1995, p. 394).

Foi neste ambiente de muitas incertezas que o Papa São João XXIII, de saudosa memória, convocou o Concílio no dia 25 de dezembro de 1961, convidando toda a Igreja a distinguir os sinais dos tempos (Mt 16,3). No contexto já delineado em que o Mundo Moderno se encontrava, o papa compreende os avanços tecnológicos como utensílios que podem contribuir à sociedade e ao homem individual, entretanto, os avanços da técnica devem vir acompanhados do avanço moral, e é justamente o atraso deste segundo item que se notou na Sociedade Moderna (JOÃO XXIII, 1961). Mas os motivos do Papa não se limitam a uma análise da sociedade a fim de contribuir com a moral diante dos avanços da técnica; no discurso inaugural do Concílio, São João XXIII diz:

O que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz. Essa doutrina abarca o homem inteiro, composto de alma, corpo, e a nós, peregrinos nesta terra, manda-nos tender para a pátria celeste. [...] A Igreja sempre se opôs a estes erros; muitas vezes até os condenou com a maior severidade. Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade (JOÃO XXIII, 1962, Discurso Inaugural do Concílio Vaticano II).

Nota-se, no discurso do papa, a inauguração de uma diferente postura que tomou parte em todo o Concílio, uma postura não de fechamento como no Concílio Vaticano I, mas de abertura, onde se procura dialogar com a sociedade moderna, na tentativa de compreendê-la, por isso a Igreja se coloca numa posição de intercâmbio, isto é, de docente, mas também de discente. Uma Igreja que ensina, mas que também, por estar no mundo, aprende com as diferentes realidades culturais. A primeira parte da citação

acima aborda o compromisso da Igreja de guardar, mas também de transmitir o depósito da fé. É, portanto, dever do transmissor da mensagem compreender seu destinatário, de modo que a mensagem seja transmitida em sua integralidade e eficácia. Por isso, faz-se imprescindível à reflexão acerca da *Revelação Cristã*, que é abordada na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, a qual dará à Igreja balizas e orientações para guardar e transmitir a fé, de modo que todos a conheçam.

A esse espírito Conciliar, João XXIII quis chamar de um “*Novo Pentecostes na Igreja*”. Do mesmo modo, a segunda parte da citação demonstra a abertura da Igreja, no sentido de que não mais usa o caminho da “Condenação” aos erros, sejam eles doutrinários ou morais, mas sim, usa de “Misericórdia”. Há, portanto, uma grande renovação na Igreja.

2. A Constituição Dogmática *Dei Verbum*

2.1 Natureza e Objeto da Revelação

O Capítulo I da Constituição Dogmática *Dei Verbum* – sobre a Revelação Divina – se propõe emitir uma compreensão sobre a natureza e objeto da Revelação com fundamentos veterotestamentários e neotestamentários, compreendendo a vontade Divina de revelar-se a Si mesmo por meio de Cristo aos homens (cf. Ef 1,9), cujo acesso ao Pai se dá no Espírito Santo ao Pai, tornando os homens participantes da Natureza Divina (cf. Ef 2,18; 2Pd 1,4). Neste sentido, Deus fala aos homens como a amigos, conversa com eles e os convida, assim como os admite à sua comunhão (Ex 33,11; Jo 15,14-15; Br 3,38). Essa economia da salvação se dá por ações e palavras, cuja verdade profunda sobre Deus e a salvação do homem se manifestam em Jesus Cristo, mediador e plenitude da Revelação (cf. DV, n. 2).

Segundo Geraldo Lopes, a natureza da Revelação demonstrada na *Dei Verbum* é a condição dialógica que Deus se propõe desde a Antiga Aliança com o homem; esta dimensão coloquial alcança o seu ápice em Jesus Cristo, no momento em que o Verbo se encarna, ou seja, em que a Palavra Divina entra completamente na realidade humana (LOPES, 2012, p. 89). Quanto ao objeto da Revelação, o Concílio não pretende conceituá-lo através de decretos de uma herança escolástica, mas de defini-lo à luz da Sagrada Escritura: o objeto é, portanto, a auto manifestação de Deus que se dá por uma via personalista, que posteriormente revelará a trindade, isto é: “Aproveu a Deus, na sua

bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade” (Ef 1,9), mediante o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso no Espírito Santo ao Pai e se tornam participantes da natureza divina (cf. Ef 2,18; 2Pd 1,4; DV, 2). Ainda sobre a natureza e objeto da Revelação Divina, fala Fisichella sobre a redescoberta emitida pelo Concílio Vaticano II na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, segundo ele, uma recuperação imprescindível que atesta a inteireza de sua pessoa (Jesus Cristo) que se insere na história humana, mostrando-nos o rosto de Deus (FISICHELLA, 2006, p. 28-29). Portanto, podemos dizer que o conceito de Revelação é a plena manifestação e auto comunicação de Deus ao homem, inserido em seu tempo que ocorre progressivamente e plenamente em Jesus Cristo.

2.2 Sagrada Escritura, Tradição e Magistério: elementos de um único depósito da Fé

A respeito da Tradição, Depósito da Fé e Magistério, podemos considerá-los a partir do capítulo II da *Dei Verbum – A Transmissão da Revelação Divina*. A Sagrada Tradição, compreende aquela sucessão ininterrupta, que se constituiu pelos apóstolos, que gera a santidade de vida e o aumento da fé da Igreja, seja na doutrina, na vida ou no culto cristão. Essa mesma Tradição progride na vida e história da Igreja sob a assistência do Espírito Santo, por meio dela se constituiu o cânone da Sagrada Escritura, e é ela mesma que torna operante a Sagrada Escritura sem cessar, pois o episcopado herda o carisma da verdade. Constituem um único depósito da Fé, tanto a Sagrada Tradição como a Sagrada Escritura, tal depósito conduz os fiéis na doutrina dos apóstolos, na união fraterna, na fração do pão e nas orações, de modo que conserve, pratique e professe singularmente, os fiéis em comunhão com os pastores, a mesma fé. Somente ao Magistério da Igreja é confiada a faculdade de interpretar autenticamente a Palavra de Deus, estando ele a serviço da mesma Palavra. Sagrada Tradição, Magistério e Sagrada Escritura unidas constituem elemento imprescindível para a salvação das almas, sendo ineficazes separadamente (DV, n. 10).

2.3 A Revelação Continuada

Deus continua comunicando-se com o seu povo, a respeito desta afirmação poderíamos questioná-la com a própria Constituição Dogmática *Dei Verbum*, no seu número 4: “Portanto, a ‘economia’ cristã, como nova e definitiva aliança, jamais

passará, e não se há de esperar nenhuma outra Revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo (1Tm 6,14; Tt 2,13)”. Não obstante a esta afirmação, a Igreja reconhece, que nem toda a verdade foi escrita na Sagrada Escritura, mas confiada à Sagrada Tradição, sob a interpretação do Sagrado Magistério, portanto, o Espírito Santo, continua a inspirar na vida dos teólogos, exegetas, e outros homens de boa vontade a Revelação que já foi comunicada, mas não totalmente apreendida pelo homem, no entanto, é de singular importância que todo e qualquer escrito teológico esteja sob o juízo imprescindível do Sagrado Magistério que também continua a atuar na Revelação Continuada, por meio dos seus decretos, encíclicas e constituições; que se dá no exercício Ordinário e Extraordinário.

O hoje da palavra da salvação proclamada por Cristo permanece atual e dirige-se a cada homem. Hoje vem a salvação; hoje vem o tempo da conversão. A salvação não está no final da caminhada, mas está em cada instante da nossa vida: hoje, agora. As atuais injustiças, a guerra onipresente, o terrorismo, o genocídio devem contribuir para reativar em cada um o senso do hoje da salvação, tornada conhecida pela revelação. O homem não é menos “horrendo” do que ontem. A injustiça e o ódio são um chamado desesperador do Servo Sofredor por um reino de justiça e amor. Como na época dos patriarcas e profetas, Deus dirige a história. Quando somos sufocados e oprimidos por tanta violência, o silêncio de Deus nos projeta para a revelação. Os homens de hoje assemelham-se aos do AT: esperam a paz, a justiça, a verdade, a vida, o amor, a salvação. No íntimo do seu coração, buscam um sentido para cada coisa num mundo aparentemente desprovido de sentido. A estes seres perdidos, a estes homens que caminham nas trevas, Cristo, plenitude da revelação, responde: Eu sou o caminho, a verdade, a luz, a vida, o amor. A todos Ele diz: “Eu sou”. Para Deus nada é impossível, desde que ele encontre a nossa “boa vontade” (LATOURELLE & FISICHELLA, 1994, p. 851).

3. Uma nova Teologia Fundamental

O Concílio Ecumênico Vaticano II contribui de maneira surpreendente para a teologia cristã. É possível notar isso através de todas as Constituições, decretos e declarações, sobretudo, por meio do Tema da Revelação Divina, abordado acima. Há um fenômeno interessante nessa passagem que merece destaque, a apologética cristã pré-conciliar que cede seu lugar à teologia fundamental (não mais, apenas, conceitualista), aberta a novos horizontes.

3.1 O Fenômeno Apologético

Segundo Latourelle e Fisichella, a semântica do termo “Apologia” encontra sua utilização já na época pré-socrática e encontra uma relação íntima com o termo (*légo*) – dizer – e com a causa (*apó*). É usada desde a época clássica para defender ou justificar alguma doutrina religiosa ou filosófica (LATOURELLE & FISICHELLA, 1994, p. 84). Libânio concebe a apologia como uma dimensão essencialmente antropológica, isto é, algo que é ontológico ao homem. Esta compreensão advém do desejo íntimo do homem à unidade ou ao Uno e indivisível, ao universal, entretanto, diante dos diversos caminhos a esta unidade objetiva, o homem deve escolher subjetivamente um único caminho; a apologia nasce quando um homem ou grupo pretende universalizar e defender que o seu caminho conduz a esta unidade. Portanto, há duas faces a respeito da apologia, a positiva, que é a busca da unidade e a negativa, reduzir esta busca a um único caminho.

Caso desça mais fundo na realidade humana, depara-se com a pretensão humana de uma única verdade, de um único bem, de uma única beleza, de um único sentido para a vida. O uno oferece mais segurança que o múltiplo. Entregues à diversidade estonteante da realidade, lateja em nós o sonho do paraíso terrestre de comer do fruto a fim de obter a ciência do bem e do mal. Dói-nos não ser Deus, único, infinito. Origem da multiplicidade, mas ele mesmo é uno. A metafísica clássica afirma que todo ser é uno, verdadeiro, bom, e segundo alguns, também belo, e essas propriedades permeiam-se entre si. *Omne ens est unum, verum, bonum et pulchrum et convertuntur*” (LIBÂNIO, 2005, p. 166).

A partir desta compreensão essencialmente antropológica da apologia, é possível compreender que está a mesma fadada a inexistência, isto porque, à procura do universal. Quando ocorre sua realização já não é mais necessária a apologia. É possível notar que os momentos de forte apologia na Igreja ocorrem diante de possibilidade de cismas e doutrinas adversas, quando estas doutrinas são vencidas já não é mais necessária a apologia. Nos períodos de cristandade e neocristandade, por exemplo, a apologética era mais interna do que externa, isso porque a homogeneidade da fé era evidente, os assuntos apologéticos eram, portanto, a respeito da fé que todos tinham e não alterava o quadro social; na modernidade cultural, no entanto, é possível notar que a diversidade não causa estranheza, todos podem pensar distintamente e a sociedade se

configura como plural; esse contexto da modernidade cultural será potencializada na pós-modernidade, e a apologia será extinta:

Apologética torna-se sinônimo de intransigência. Intransigência soa como fanatismo. Fanatismo é repudiado e identificado com loucuras e arbitrariedade cometidas nos atentados e nas guerras de corte religioso (LIBANIO, 2005, p. 169).

Este é o contexto que se pode observar na dita sociedade pós-moderna, a busca do universal se tornou desnecessário, entretanto, vê-se claramente que o Cristianismo nasce de forma apologética. Primeiramente o cristianismo nasce como continuidade e ruptura do judaísmo, portanto, há uma necessidade apologética para se fazer esta ponte entre uma a outra religião; Paulo em sua teologia a respeito da liberdade demonstra ser altamente apologético ao enfrentar a “Lei” judaica, e o mesmo pode-se observar em Pedro quando exorta sua comunidade a dar argumentos de sua fé aos que questionarem (1Pd 3,15); outra evidência é a dos padres apologistas dos primeiros séculos que pretendem conjugar filosofia e cristianismo.

3.2 O Concílio Vaticano II: uma nova apologia

Sendo um fenômeno essencialmente antropológico e presente na religião, é impossível anular a apologia, mas também não se pode potencializá-la, pois escraviza o homem numa única perspectiva, e isso já não é impossível no ambiente plural da globalização na sociedade pós-moderna. O cristianismo vem sofrendo de inúmeras dificuldades em relação à sua doutrina na sociedade contemporânea, e isso vem desde algum tempo: a reforma protestante, o secularismo, a multiplicidade de religiões cristãs, o ateísmo teórico e prático, etc.

Não obstante a toda essa realidade complexa da modernidade, emerge no Concílio uma Nova Teologia Fundamental, não com os esquemas e termos engessados anteriores ao Concílio, mas como tentativa de superar a Crise Moderna. A Nova teologia fundamental, centraliza-se na pessoa de Jesus Cristo como plenitude da revelação, ou seja, há um fator ecumênico nesta afirmação, bem como a troca de decretos e doutrinas por uma concepção de mistérios; vê-se também a transformação na concepção de salvação e revelação: a revelação no sentido de conhecer e a salvação no realizar-se deste conhecimento que é a auto comunicação de Deus – comunhão de amizade (LIBANIO, 2005, p. 179).

A Teologia fundamental que emerge do Concílio é a da Existência, isto é, não mais apologética no sentido condenatório de heresias, nem de fixar termos de modo a limitá-los, mas de compreender o contexto humano e à medida que Deus se comunica com as pessoas, no hoje de sua salvação, compreende-se a Revelação como fundamento para uma teologia menos rígida e patriarcal, para uma teologia da revelação que se dá no cotidiano da vida das pessoas e se manifesta salutar.

Considerações finais

Ao observar o itinerário desde o Concílio Vaticano I aos dias atuais vê-se a transformação que aconteceu na Teologia Cristã Católica com o evento Vaticano II. De uma apologética transcendental a uma teologia da imanência ou da existência humana, fazendo com que a Igreja compartilhe das alegrias e sofrimentos do homem atual. Entretanto, vê-se hoje um contra fluxo, um retrocesso em muitos movimentos eclesiais, neste sentido é preciso sempre retomar a reflexão do Concílio Vaticano II, que é mais atual do que nunca e permanece sendo o Novo Pentecostes da Igreja Universal. A Luz do Concílio Vaticano II conduz os horizontes do homem contemporâneo, homem da técnica, da ciência, da filosofia, do saber e da pluralidade, mas sem dúvida, homem que, mais do que nunca, necessita da presença amorosa de Deus que se auto comunica através do Concílio e da Igreja como um todo.

Referências

- ALBERIGO, G. O concílio Vaticano II (1962-1965). In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.
- FISICHELLA, R. *Introdução à Teologia Fundamental*. Trad. João Paixão Netto. São Paulo: Loyola, 2006.
- GOLÇALVES; P. S. L.; BOMBONATTO, V. I. (Orgs.). *Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2005. Col. Alternativas.
- LATOURELLE, R.; FISICHELLA, R. *Dicionário de Teologia Fundamental*. Trad. Luiz João Baraúna. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LOPES, G. *Dei Verbum – Texto e Comentário*. Col. Revisitar o Concílio. São Paulo: Paulinas, 2012.